

Ata de Audiência Pública junto a Prefeitura, Sindicato dos Servidores Municipais (Sindserpup) e Profissionais da Saúde do município, **realizada aos 21 dias de Junho de 2023 (dois mil e vinte e três), às 09:00 horas**, no Plenário Francisco Eugênio Freire da Câmara Municipal de Upanema com tema “Piso Salarial Nacional dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e das Parteiras” conforme **Requerimento n.º 304/2023 de autoria do Ver. Ibamar Costa e Silva** aprovado por Unanimidade na Sessão Ordinária realizada em 02/06/2023. Através desta Audiência, serão discutidas, junto com a Prefeitura, Sindicato dos Servidores Municipais (Sindserpup), Sindsaúde, Coren, Servidores da Saúde municipal e a população em geral as principais disposições e objetivos para comum acordo das questões referentes cumprimento do Piso Salarial Nacional dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e das Parteiras. Dado o início da solenidade, o cerimonial, neste ato dirigido por Ednael Castro, passou a composição da Mesa das Autoridades, convidando os vereadores Ibamar Costa e Silva – PL; Antonio Edson da Silva Bezerra – MDB; Franklim Moura Santos – PL; Higor Tallison Bezerra de Oliveira – PL; Marinaldo Bezerra de Albuquerque – MDB; e as autoridades Procurador Geral do Município Dr. Rodolfo Vinícius Fonseca Rodrigues; Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria Consuelha Barbosa; Coordenador Estadual do Sindsaúde – RN João Morais Pereira; Representante do COREN Rui Alves de Farias Júnior; Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais Kalenia Lígia. Em seguida, fez registro de demais autoridades presentes na solenidade e passou a palavra ao Presidente Ibamar Costa para fazer a abertura oficial desta Audiência Pública. Havendo o número legal e regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo, o Presidente deu início à Audiência Pública e convidou o 1º Secretário para fazer a chamada nominal dos vereadores presentes. **REGISTRARAM PRESENÇA:** Ibamar Costa e Silva – PL; Antonio Edson da Silva Bezerra – MDB; Franklim Moura Santos – PL; Higor Tallison Bezerra de Oliveira – PL; Marinaldo Bezerra de Albuquerque – MDB. **PRESENÇA REGISTRADA NO DECORRER DA AUDIÊNCIA:** Inavan Felipe dos Santos – MDB. Após, a presidência convidou todos os presentes para ficarem de pé para execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Municipal de Upanema, respectivamente. Dando continuidade a presente audiência pública, o Presidente da Mesa passou a palavra, por 10 minutos, com possibilidade de prorrogação, às autoridades inscritas. O Presidente Ibamar Costa destacou que o requerimento de sua autoria tem o intuito de somar forças para implantação do Piso Salarial, tendo em vista que é conhecedor da luta da categoria e que esta Casa está de portas abertas. Em seguida, passou a palavra para o Representante do COREN Rui Alves de Farias Júnior. Assumindo a palavra, o Sr. Rui Farias esclareceu que não existe suspensão ou inconstitucionalidade no Piso Salarial, sendo sancionado pelo então Presidente Bolsonaro. Destacou a importância de serem discutidos caminhos para o pagamento do Piso, e não mais a legalidade do Piso em todo o país. Ressaltou a doação da categoria da enfermagem, onde isso ficou evidente na pandemia, sendo preciso reconhecer isso com salário digno, pois atualmente o profissional técnico ganha um salário mínimo. Disse que o Piso traz

essa dignidade aos profissionais, amenizando o adoecimento da enfermagem em todo o país. Salientou que o Piso está em julgamento no STF, esclarecendo que a lei não fala em jornada de trabalho, mas um ou dois ministros querem modificar isso. Pediu que a lei 14.434 seja cumprida, conforme defende o Ministro Fachin. Reforçou que o Piso já é lei e tem garantia de repasse federal, cabendo que sejam vistos os caminhos a serem pagos, inclusive o retroativo. Disse que o recurso está garantido no Orçamento da União de 2024, conforme informação da Ministra Tebet. Destacou que os auxiliares de enfermagem sempre exerceram função de técnico, recebendo pacientes e salvando vidas. Salientou que esses profissionais tem registro e curso de técnico, mas existe a possibilidade de continuarem recebendo como auxiliar, sendo preciso ver essa questão para evitar que esses profissionais sejam penalizados. Alertou que os municípios terão problemas, inclusive em Upanema, caso esses profissionais saiam das unidades de saúde. Destacou que o município de Fernando Pedrosa já paga o Piso desde 2022, através de Lei Municipal, bem como equiparou o salário de auxiliar e técnico, servindo de exemplo, bem como o município de Pedra Preta modificou o quadro de auxiliar, para técnico, quando apresentadas as devidas qualificações. Pediu sensibilidade desta Casa, agradecendo pelo espaço à categoria, pedindo união aos profissionais, pois é a classe mais numerosa da saúde e tem poder, fazendo menção ao refrão do hino municipal. Em seguida, assumiu a palavra o Coordenador Estadual do Sindsaúde – RN João Moraes Pereira cumprimentando todos os presentes. Destacou que durante a pandemia, enquanto muitas instituições e comércios foram fechados, a categoria da enfermagem seguiu trabalhando e salvando vidas. Disse que foram chamados de heróis e que agora só pedem reconhecimento, diante do trabalho sempre feito. Disse que, através da união das instituições, é justo que esse Piso seja encaminhado. Ressaltou que a cada ano essa luta continua, diante de decisões do Supremo e por dificuldades dos prefeitos. Disse que não é aceitável que essa categoria não seja recebida pelo poder executivo. Destacou a importância do diálogo para haver respeito e dignidade. Destacou a luta diária dessa categoria através do seu trabalho, destacando os vários funcionários que vieram à óbito durante a pandemia. Disse que sem enfermagem não existe saúde, pois a categoria é 80% da área da saúde. Destacou a luta constante do Piso da Enfermagem, sendo necessário que Upanema inicie o encaminhamento disso, pois a categoria é quem faz a saúde do município. Em seguida, assumiu a palavra o VER. INAVAN SANTOS cumprimentando todos os presentes. Falou sobre a importância de se debater o Piso da categoria, se colocando a disposição dos profissionais, sendo sensível à causa. Disse ser conhecedor do trabalho desses profissionais, pois sempre que precisou, foi bem atendido. Destacou que é justo que os salários desses profissionais sejam compatíveis à importância do trabalho dos mesmos, que é independente de pandemia. Disse que é preciso que os poderes competentes tomem as providências, que o repasse federal seja feito e que o prefeito coloque isso no contracheque dos profissionais. Salientou que está sempre cobrando melhorias para a população e que sua oposição é sempre à gestão, mas nunca ao povo, tendo votado favorável em todos os

projetos de melhoria do município. Reforçou a disponibilidade do seu mandato nesta causa, pois é reconhecedor do trabalho da categoria. Salientou que espera que o Piso seja cumprido, diferente de como o prefeito fez com os profissionais da educação, quando foi concedido pelo executivo municipal porcentagem inferior à determinação nacional. Em seguida, assumiu o VER. EDSON BEZERRA que cumprimentou todos os presentes. Disse que tem o compromisso de estar ao lado desses profissionais, pois é testemunha do esforço dos mesmos, onde essa grandeza foi reconhecida durante a pandemia. Disse que não deveria ser preciso tanta luta para esse reconhecimento, sendo uma situação vergonhosa. Reforçou que está a disposição, pedindo que a categoria esteja sempre informando acerca do andamento dessa questão. Relatou que visitou uma moradora numa das comunidades mais distantes da cidade e que a mesma recebeu atendimento em sua casa para o seu tratamento de saúde, sendo importante reconhecer isso. A seguir, assumiu o VER. HIGOR TALLISON cumprimentando todos os presentes. Disse que observou todos os pronunciamentos até agora e que é visível a importância desses profissionais. Fez questionamento de como os profissionais contratados e terceirizados serão incluídos nessa discussão. Disse que está aberto para entender como pode ajudar a categoria, enquanto legislador. Em seguida, assumiu o VER. MARINALDO BEZERRA cumprimentando os presentes, fazendo menção à sua mãe, que é auxiliar, trabalha como técnica, exercendo a função de parteira há vários anos no município. Parabenizou a categoria por estar nesta Casa lutando por seus direitos. Falou da importância de profissionais que fazem parte da gestão que estão atuando na luta, parabenizando os mesmos. Disse que após o posicionamento do Supremo da legalidade do Piso, alguns profissionais começaram a se movimentar acerca do projeto de lei municipal. Destacou que a partir daí propôs requerimento fazendo essa cobrança e que as discussões começaram. Parabenizou os municípios que já estão adiantados nessa questão, sugerindo que esses projetos que estão em execução que sejam estudados para serem colocados em prática aqui, sugerindo que os vereadores façam um requerimento coletivo para tal, se disponibilizando para buscar isso. Ressaltou que todos tem conhecimento do trabalho desses profissionais, onde isso foi demonstrado durante a pandemia, sendo merecedores desse reconhecimento salarial. Reforçou a sugestão de usar os projetos citados nas cidades que estão pagando o Piso, para que sejam aplicados em Upanema, se disponibilizando para buscar isso. A seguir, assumiu a palavra o Procurador do Município DR. RODOLFO RODRIGUES cumprimentando todos os presentes. Justificou a ausência do Prefeito e da Secretária de Saúde, que se encontram participando de evento já pré-agendado. Disse que é uma satisfação participar desse evento, parabenizando o legislativo pela iniciativa. Falou sobre a aprovação da lei do Piso em junho de 2022, que foi suspensa em setembro do mesmo ano. Disse discordar quando o colega do Coren afirmou que a lei não é inconstitucional, pois todos os atos devem observância ao ordenamento e à Constituição. Destacou que toda lei que dispõe de uma despesa deve apontar a fonte de custeio, o que não estava contido, por isso a mesma foi suspensa. Destacou que em dezembro

de 2022 foi feita a Emenda Constitucional 127 indicando o custeio do Piso que seria da União, mas não foi regulamentado de onde sairia o recurso, onde apenas em maio do corrente ano foi estabelecido no orçamento de onde sairia o recurso. Destacou que precisava esclarecer esses vícios e que os mesmos foram sanados e que existe a previsão desse recurso. Concordou que a lei está válida, diante da medida cautelar retirada, onde o Ministro Barroso torna vigente a referida lei, mas trazendo duas condicionantes, citadas. Resumiu que o Piso deve se dar com recursos da União, salientando que até o momento o município não recebeu nenhum centavo para tal. Ressaltou que o executivo não está travando nenhum litígio com a categoria, onde recebeu representantes e que sempre informou que não existe nenhuma objeção da administração, pois o valor será custeado pela União. Destacou que pediu sugestões aos representantes da categoria. Disse que tem uma decisão do STF prevista para até 30 de Junho, o que deverá definir de uma vez por todas como se dará o Piso, garantindo que se o recurso vier, bem como seus retroativos, o valor será repassado aos servidores. Reforçou que o município não recebeu nenhum valor de custeio do Piso. Disse que foi procurado para ver a possibilidade de enquadrar as auxiliares como técnicas, onde o prefeito informou que caso não haja problema, não tem nenhuma objeção, onde, na oportunidade, sugeriu fazer a consulta ao Ministério da Saúde, ressaltando que acredita que não será possível, salientando que ainda não pode fazer as coisas sem respaldo. Reforçou que não existe qualquer embate com o executivo e a categoria, destacando ainda que o projeto deve vir obrigatoriamente do poder executivo, estando o legislativo de mãos atadas também. Disse que a administração fica à disposição, salientando que só poderá agir de acordo com o ordenamento jurídico. Fez menção ao relato do Piso de Pedra Preta, adiantando que vislumbra problema nessa questão, pois a União irá complementar os municípios que não pagam o piso, onde provavelmente esse município será prejudicado em não receber o aporte da União. Disse que não se pode dar um passo a frente sem saber as consequências. Reforçou que a administração está de portas abertas para tratar a questão, afirmando que não tem horário nem agenda e que sempre recebe quem o procura. Relatou que durante a pandemia o executivo havia dado carta branca para revolver determinada situação junto a categoria e que com conversa e estudo foi vista a legalidade para tal. Pediu calma, pois quando vier o recurso da União, o município irá repassar e espera que chegue o quanto antes. Reforçou sua disponibilidade, parabenizando todos os profissionais, pois deveriam ter sido condecorados ao fim da pandemia. Encerrados os pronunciamentos dos inscritos, facultou-se a palavra aos presentes, abrindo espaço para perguntas. Participante da audiência questionou acerca da situação dos terceirizados da categoria. Dr. Rodolfo Rodrigues informou que, conforme o Ministro Barroso, o setor privado está possibilitado à negociação do Piso. Participante indagou se o valor dos contratados for inferior, será justo que os técnicos efetivos recebam mais. Dr. Rodolfo informou que a União irá indicar o aporte financeiro aos servidores e que isso vem causando discussão na decisão do STF, diante da questão do setor privado, informando que particularmente é contra, salientando

que a decisão de 30 de junho deve abarcar essa questão. João Morais destacou que é preciso união da categoria e do sindicato para ver essa questão do setor privado. A Presidente do Sindserpup Kalenia Lígia indagou como irá decorrer a questão dos auxiliares e técnicos da enfermagem. Dr. Rodolfo disse que já houve uma reunião acerca dessa questão junto ao prefeito e a secretária de saúde. Disse que é preciso ajustar essa questão da maneira correta, pois não pode existir esse desvio de função e que será corrigido. João Morais destacou que o Estado fez essa correção através do Plano de Cargo sendo criada uma tabela de qualificação através de incentivo para tal, sugerindo esse caminho que o estado seguiu. Participante ressaltou que as auxiliares tem a devida competência para exercer a função de técnico, mas que o concurso quem atribuiu o cargo de auxiliar. Dr. Rodolfo esclareceu que existe uma diferença entre qualificação e atribuição, pois o funcionário deve trabalhar de acordo com suas atribuições. Outro participante questionou como fica a situação dos servidores que estão há anos na escala de técnico, sendo preciso rever a questão. Dr. Rodolfo destacou que existe esse erro desde a elaboração do concurso. Destacou que não há possibilidade de mudar o cargo do concurso, destacando que irá analisar a viabilidade de adequação ou gratificação, onde está na Casa para encaminhar propostas. Dr. Rui Alves disse que ficou preocupado quando o colega procurador iniciou sua fala dizendo que ele havia faltado com a verdade ao dizer que a lei não era constitucional, mas que no decorrer da fala, trouxe os elementos dando a constitucionalidade da mesma. Indagou ao Procurador se a lei é constitucional ou não. Destacou que hoje o que está válido é o voto do relator. Citou a portaria que define os valores do município, onde a própria portaria faz menção ao retroativo, informando que Upanema irá receber mais de 90 mil reais, cerca de 10 mil reais mensais até o final do ano, alertando que Tibau do Sul, município com a mesma população de Upanema, receberá mais de um milhão até o mesmo período, sugerindo que o município reveja essa questão junto ao Ministério da Saúde, pois existe um déficit de informação muito grande, destacando que com essa revisão terá mais facilidade de ver a questão do Piso. Uma participante destacou que na negociação anterior citada na época da pandemia, não existiu essa facilidade relatada, sendo indagado ainda onde estão as informações, diante do recurso tão baixo, indagando ainda onde está esse reconhecimento. Participante questionou se já existe algum esboço da lei, pois é sabido que o Piso irá sair, para que sejam evitadas mais delongas. Dr. Rodolfo informou que faz um projeto de lei desse tipo em 15 minutos, pois é simples e obedece uma lei federal. Sobre o valor que Upanema irá receber, de acordo com a portaria, destacou que os 96 mil reais é realmente um valor baixo. Disse que a RAIS é obrigatória e deve ser informada anualmente e que não existe nenhuma omissão ou equívoco nessas informações na administração de Upanema e que qualquer pessoa tem acesso a tal. Salientou que não se imaginava que essa portaria de Maio teria por base a RAIS e que nenhum servidor pode modificar essas informações. O Ver. Edson Bezerra indagou o motivo dessa diferença de valor. Dr. Rodolfo disse que desde que teve conhecimento à portaria, que a administração está buscando entender

a base desse cálculo e que isso está sendo diligenciado. Salientou que os terceirizados não podem ser inclusos na RAIS do município. Participante indagou que a empresa terceirizada se recusa a fazer essa inclusão, sendo sugerido que seja realizado um concurso público. Dr. Rodolfo reforçou que não é possível incluir essa observação dos terceirizados no campo da Rais do Município, ressaltando que está sendo buscada as informações de como foi feito o cálculo da portaria. Disse que irá se inteirar dessa questão da empresa, sugerindo que os profissionais terceirizados se agarrem aos seus sindicatos para se chegar ao seu denominador. Participante indagou se a plataforma anunciada pelo Ministério da Saúde irá beneficiar o município. O Ver. Higor Tallison destacou que enxerga que não tem como se avaliar esse cálculo da portaria pela Rais, pois em Tibau do Sul tem apenas duas UBS, enquanto Upanema tem sete UBS e que esses números não estão batendo, sendo importante que os sindicatos vejam essa questão também, pois é preciso discutir como se aumentar esse recurso de Upanema. Dr. Rui informou que o governo federal vem sendo cobrado quanto à celeridade de possibilitar os municípios à prestarem a atualização dos dados, para adequar às suas realidades. Destacou que o município de Grossos irá receber mais de 900 mil, com base na portaria, tendo cerca de 10 mil habitantes, sendo necessário constatar essa base de cálculo para saber onde Upanema está sendo prejudicada. Participante relatou que apenas duas profissionais da classe não haviam sido incluídas na Rais. Participante sugeriu a formação de uma comissão para alinhar essa discussão e que as providências devem ser tomadas para buscar a solução, encontrando o erro para que seja corrigido. O Presidente Ibamar disse que irá nomear um vereador para fazer parte da comissão da categoria para representar a Câmara. O Ver. Inavan Santos se colocou a disposição dos profissionais e sugeriu que eles também procurem os vereadores para dar as informações. Se colocou à disposição do Presidente para ser o representante da comissão, mas mesmo se não for, quer se inteirar do assunto, diante da necessidade de encontrar o erro para essa perda de receita que é ruim para o município. Destacou que sempre foi defensor da realização de um concurso público para suprir a defasagem do quadro de funcionários. Participante indagou se, caso não seja corrigido o valor, se o município entrará com contrapartida. Dr. Rodolfo disse que não se sabe o que está por vir quanto ao Piso e que é preciso aguardar as decisões federais. Esclareceu que o valor de dez mil mensal foi estabelecido por portaria recente do Governo Federal, onde a administração também ficou surpresa com isso e que está atuando resolver essa questão, tendo em vista que o valor não cobre o Piso. Destacou que a União deve fazer esse complemento. Sugeriu aguardar a decisão do STF e o pagamento do primeiro recurso, pois acredita que esses valores estejam sendo revistos. Reforçou que está buscando respostas quanto ao cálculo da portaria. Esclareceu que disse que a lei do piso surgiu inconstitucional, sendo preciso emendas para complementar e que a última decisão do STF deu sua constitucionalidade. Participante questionou se não existe a possibilidade dos profissionais terceirizados serem reassumidos pela prefeitura, pois seriam inclusos na Rais. Dr. Rodolfo disse que isso é uma

possibilidade. Garantiu que a administração está buscando respostas quanto ao cálculo e que o município tem interesse nisso, pois o Piso é uma realidade e pode respingar no município. O Ver. Marinaldo Bezerra indagou se a assessoria da prefeitura em Brasília não buscou junto ao Ministério da Saúde respostas acerca dessa questão. Dr. Rodolfo disse que o prefeito esteve em Brasília mês passado buscando essas informações. Destacou que algumas informações estão sendo revistas e os municípios estão fazendo retificações. O Sr. João Morais disse que essa audiência é fruto da formação da comissão que já existe e que outras pessoas podem somar na mesma. Disse que os municípios que vem pagando o Piso não devem ser penalizados, tendo em vista que municípios com Plano de Cargo já tem servidores ganhando o equivalente ao Piso. Dr. Rodolfo esclareceu que é preciso ver a realidade de Upanema, onde se for instituído o Piso agora, corre o risco de não ser recebida a complementação federal, pois já existe lei e dotação orçamentária, não sendo interessante observar outros municípios, arriscando cometer erros e causar prejuízos. Disse que o melhor é aguardar o desenrolar da lei. O Presidente Ibamar Costa indicou o Ver. Edson Bezerra, que é presidente da Comissão de Saúde da Casa, para participar da comissão. Em seguida, passou a palavra às autoridades para que fizessem suas considerações finais. O Sr. João Morais disse que os primeiros passos são esses, de serem formadas as comissões, esperando que os gestores e a categoria encontrem uma luz e não dificultem a saída desses tempos nebulosos. Disse estar disponível para somar, agradecendo a todos e destacando o merecimento dessa classe, pois são responsáveis pela saúde do município. Dr. Rui Alves agradeceu ao convite e a participação de todos, em nome do Coren. Disse para a categoria não desanimar, pois é preciso diálogo e coragem, destacando a importância desse momento na conquista. Dr. Rodolfo Rodrigues agradeceu a oportunidade de mostrar aos servidores que a administração está do mesmo lado deles em busca do Piso. Se colocou a disposição da categoria, bem como para participar da comissão, pois também tem esse interesse. O Presidente Ibamar Costa agradeceu a presença de todos, tendo sido a primeira audiência dessa legislatura, diante da importância da discussão. Destacou que todos os vereadores estão juntos nesta luta. A Servidora Magnolia fez os agradecimentos aos presentes, bem como ao presidente pela disponibilidade de realizar essa audiência, onde todos puderam sanar suas dúvidas. Finalizando, Presidente da Mesa Ibamar Costa agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos da referida Audiência Pública, conforme regimento interno, e EU – **ANTONIO EDSON DA SILVA BEZERRA** – 1ª Secretário designado, lavrei a presente ata que segue por todos assinada nos termos do Art. 66, § 2º do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Presidente

Ibamar Costa e Silva

Gineton da Costa e Silva

Vice-Presidente

Antonio Edson Bezerra da Silva

Higor Tallison Bezerra de Oliveira

1º Secretário

Franklim Moura Santos

Marinaldo Bezerra Albuquerque

Inavan Felipe dos Santos

1ª SECRETÁRIO

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE